

OS DESAFIOS DO PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO EM LUANDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO - AS LIÇÕES DA CENTRALIDADE DO KILAMBA

ALÉM DO KILAMBA: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE OS DESAFIOS DO PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO EM LUANDA E O FUTURO DO PROGRAMA NACIONAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO

Autores: Tatiana Cristina Rodrigues de Almeida | tatiana.talmeida@gmail.com | Mestrado Integrado em Arquitetura; Universidade Lusíada de Lisboa | [Orcid.org/0009-0003-3895-8281](https://orcid.org/0009-0003-3895-8281) | Condomínio América Plaza - Talatona Torre Norte Apto 406, Luanda, Angola

Recebido: Maio, 2025 | **Aceite:** Junho, 2025 | **Publicado:** Junho, 2025

RESUMO

O planeamento das cidades opera numa escala que vai além da aprovação técnica de arquitetos e urbanistas, embora o seu contributo seja fundamental. A decisão final cabe ao poder político, aspecto amplamente discutido na presente investigação. O arquiteto urbanista tem papel central na organização e gestão do território. Em países da África Subsaariana, novas áreas urbanas como as centralidades surgem de forma descentralizada, através de planos integrados de ordenamento territorial. Estas áreas caracterizam-se

por uma organização funcional de matriz racionalista, orientando a criação de novas centralidades nas malhas urbanas. Este artigo propõe destacar as questões envolvidas na tomada de decisões urbanísticas e projetuais por parte dos autores e decisores do plano da Centralidade do Kilamba. Considera-se a escala do Desenho Urbano como a mais imediata e eficaz para intervir no traçado urbano desta e de outras centralidades desenvolvidas no âmbito do mesmo programa nacional de habitação.

Palavras-chave: Ordenamento do território; Planeamento urbano; Planos urbanísticos; Centralidade; Habitação; Gestão urbanística.

ABSTRACT

City planning operates on a scale that does not depend solely on the initial approval of architects and urban planners, although their studies are a crucial stage. The final decision lies with political power, a point ex-

tensively addressed in my dissertation. Urban planners play a significant role in the spatial organization and management of territories. In Sub-Saharan Africa, new cities or housing areas, such as centralities, emerge in a decentrali-

zed manner through integrated territorial planning strategies. These areas are characterized by a rationalist concept of functional spatial organization, which guides the design of new centralities within urban grids. This article aims to highlight the urban and design-related decision-making processes adopted by the

authors and decision-makers of the Kilamba Centrality plan. The urban design scale is considered the most immediate and effective for intervening in the urban layout of Kilamba Centrality, as well as in other centralities developed under the same national housing program.

Keywords: Territorial planning, Urban planning, Urban plans, Centrality, Housing, Urban management.

INTRODUÇÃO

O planeamento urbano em Angola tem enfrentado inúmeros desafios ao longo das últimas décadas, particularmente no que diz respeito à integração entre o planeamento regional, urbano e o desenho urbano em contextos de rápida urbanização. Entre os casos paradigmáticos que ilustram essa realidade está a Centralidade do Kilamba, concebida no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), que visava reduzir o défice habitacional e ordenar o crescimento urbano da cidade de Luanda. Este artigo propõe uma análise crítica sobre as decisões projetuais e estratégicas que con-

duziram à implementação da Centralidade do Kilamba, com especial atenção às implicações do modelo importado, à desconexão territorial e à eficácia das respostas às reais necessidades da população. Tendo como base a investigação desenvolvida em sede de dissertação de mestrado, e articulando reflexões de autores como Victor Canedo Neves e outros estudiosos do urbanismo contemporâneo, pretende-se discutir a pertinência e os limites desse modelo urbano, e propor caminhos alternativos que valorizem o desenho urbano como ferramenta imediata de transformação e adaptação territorial.

O PLANEAMENTO URBANÍSTICO E A CENTRALIDADE - IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Neves (2010, p. 8) afirma:

O arquiteto é um dos técnicos mais qualificados para lidar com toda a complexidade que envolve a cidade e o território, e é o único que tem a percepção estética e uma visão multidisciplinar e integradora das diferentes realidades que os compõem.

No presente artigo pretende-se, em primeiro lugar, discutir as implicações prá-

ticas do trabalho de investigação, que desenvolve o marco teórico sobre a perspectiva histórica dos traçados reguladores e do planeamento, mas com ênfase na centralidade. Abordaremos, desde logo, os princípios e conceitos orientadores do planeamento em um contexto africano, ou seja, em cidades africanas. Em seguida, são discutidos os traçados reguladores, onde apresentamos casos práticos de cidades com malhas urbanas regulares aplicadas. Finalmente, ex-

ploraremos a evolução e a definição de centralidade. Iremos utilizar, para o efeito, alguns textos e reflexões do arquiteto (e professor universitário) Victor Neves, sobre as dinâmicas e idiosincrasia da cidade contemporânea.

O Desenho Urbano no trabalho de investigação que desenvolvemos anteriormente em sede de dissertação de mestrado, foi a escala que melhor supriu como resposta às “Perguntas Chave” que foram apresentadas, Se - 1. **“O planeamento urbanístico da Centralidade do Kilamba foi devidamente compatibilizado com o planeamento regional e urbano de Luanda? Ou se 2. “A importação do modelo urbano utilizado na centralidade do Kilamba é o mais indicado para o contexto de Angola?”.**

Foram denotados quatro pontos que servem de argumento para estas perguntas de investigação - às quais se responde negativamente, pelas seguintes razões:

- I. *Foi feita a importação de um modelo de matriz ocidental que não se adequa ao contexto angolano. P.165 [...] no âmbito do acordo, a China disponibilizou a verba para que se levassem a cabo os projetos, no que concerne às centralidades, e também disponibilizou as suas empresas para a sua construção. [...] (Domingos, apud André, 2019, pp. 83-84).*
- II. *A escolha do modelo urbano em altura que contraria as lógicas de produção periurbana das populações mais carenciadas, não teve eficácia - porque as generalidades da população não têm condições financeiras para adquirir casas do projeto habitacional, face a promessa da diminuição do deficit habitacional. (Trevisan et*

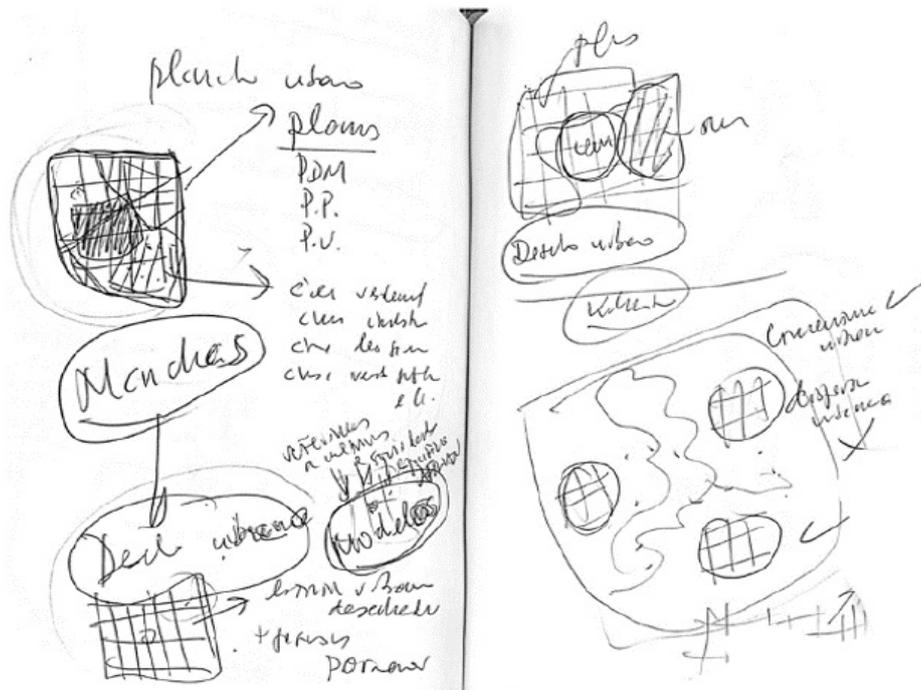
al., González Cubeiro e Vieira de Almeida, 2012, p. 94).

- III. *O “mosaico de xadrez” implementado no Kilamba também não considerou as exigências geológicas e geotécnicas do local: “os terrenos [das novas urbanizações] [...] nunca foram utilizados pelo homem, nem mesmo para cultivos das terras [...] a implementação da malha de quadrícula foi adaptada in situ (Viegas, 2015, p. 270).*
- IV. *Por outro lado, também não conectou a nova cidade com o resto do território. O “mosaico de xadrez” eleito para o Kilamba não penetrou a área envolvente e o Estado não controlou a sua ocupação (Viegas, 2015, pp. 149-250).*

A escala do Desenho Urbano da cidade significa agir rapidamente, desenhando a cidade sem depender dos planos diretores ou de um planeamento regional e urbano que, muitas vezes, leva anos para ser executado e depende do poder político. Assim, podemos concluir que o Desenho Urbano nas três escalas (Planeamento do Território, Urbano e Desenho Urbano) é um dos principais focos deste artigo. Em um contexto como o de Angola e de outras partes da África, onde há uma enorme pressão demográfica que resulta em macrocefalia urbana e na expansão de áreas informais, a longa espera pela execução dos planos diretores é ineficaz. Isso significa que um planeamento urbanístico em uma escala mais detalhada, como a do Desenho Urbano, poderá produzir melhores resultados, atendendo mais efetivamente às necessidades dessas populações africanas e desenhando de acordo com suas carências e, sobretudo, com seu “modus

vivendi”.

Figura 1: Esquemas exploratórios sobre os instrumentos de planeamento urbano.



Fonte: Victor Neves (2023).

Este registo visual sintetiza o processo de reflexão crítica sobre a articulação entre os instrumentos de planeamento urbano (PDM, PP, PU), as morfologias territoriais e o conceito de centralidade urbana, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH). A análise evidencia a complexidade e a fragmentação espacial de Luanda, fundamentando-se em referências teóricas e práticas reunidas ao longo da investigação.

A CENTRALIDADE DO FUTURO

A Revolução Industrial certamente inverteu o princípio de separação entre a casa e o trabalho, assim como a ideia de zoneamento urbano que o século XX

nos legou e que foi consagrada na Carta de Atenas (Neves, 2010, p. 9). Será que a centralidade do Kilamba reflete um quadro de Revolução Industrial referente ao século XXI ou ainda está enraizada nos conceitos do século XX?

Neves (2010, p. 9) afirma:

As cidades mostram uma crescente tendência para se ligarem a grandes centrais de comunicação de informação, conhecidas como “pops-points of presence on giga pops”, mediante cablagem de fibra óptica, micro-ondas ou satélite. Funcionarão à velocidade de gigabits e por “telepontos”, ou seja, a partir de núcleos de provedor de serviços eficientes com custo/

benefício de alta performance, que asseguram os contatos intercidades.

A ideia de zoneamento, que separa a cidade por zonas e distingue os locais de residência dos de trabalho, tem sido gradualmente superada, e de forma bastante acelerada, principalmente devido à grande crise mundial causada pela pandemia da COVID-19, que teve início em 2019. Essa pandemia obrigou muitas pessoas a permanecerem em casa em quarentena, realizando suas funções de trabalho a partir de suas residências. Segundo Neves (2010, p. 9), “[...] Isso provou que o teletrabalho já é encarado

como uma alternativa viável ao modelo de trabalho tradicional, que, em regra, separa os locais de residência e de trabalho”. Diante disso, surgem as seguintes questões: “O zoneamento da cidade contemporânea se reflete na centralidade do Kilamba, especialmente na relação entre a casa e o trabalho?” Mais especificamente: “As grandes empresas deixarão de construir grandes escritórios para que possamos trabalhar a partir de casa?” ou “As centralidades foram planejadas para esse propósito? Elas podem ser transformadas em escritórios ou continuarão como áreas residenciais - dormitórios?”

Figura 2: *Registro aéreo da Centralidade do Kilamba*



Fonte: Lourenço (2024)

O PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO EM ANGOLA E A CONSTRUÇÃO MODERNA DA NOVA CENTRALIDADE

Dentro das três escalas mencionadas neste artigo científico—1. Planeamento do Território; 2. Planeamento Urbano; e 3. Desenho Urbano—demonstra-se que a escala territorial não é a mais adequada para a criação de centralidades no contexto angolano. É certo que países em desenvolvimento, como Angola, precisam evoluir tanto na

intervenção urbana quanto na construção de cidades. Embora “evoluir” muitas vezes signifique acrescentar ou intervir para expandir—como “mais construção/edificação”—é necessário um equilíbrio no que concerne à qualidade e à durabilidade dessas intervenções, algo que as centralidades não apresentam visualmente. Para exemplificar, entre as inú

meras publicações sobre centralidades, destaca-se uma notícia publicada em páginas virtuais angolanas: *“Centralidade do Kilamba corre o risco de desabar dentro de três anos.”*

De acordo com o jornal O País, que cita a diretora da Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda (UTGSL), Zenilda Mandinga, a Centralidade do Kilamba e a urbanização KK 5000 correm o risco de desabar nos próximos dois ou três anos, porque a Estação de Tratamento de Água Residuais (ETAR) está inoperante e não se faz manutenção na rede de águas residuais e pluviais desde que começou a receber moradores (há 13 anos). Segundo Zenilda Mandinga, o distrito urbano do Kilamba e KK 5000, no município do Belas, é o mais infraestruturado do ponto de vista da micro drenagem, mas, por conta da inoperância da Estação de Tratamento de Água Residuais (ETAR), não há manutenção na rede de água residual pluvial há 13 anos, isto desde que a centralidade está ocupada. ‘Corre o risco de, dentro de dois ou três anos, perdermos parte da centralidade’, disse a responsável em reunião com o Governo Provincial de Luanda (GPL) sobre o reforço dos trabalhos para a preparação da próxima época chuvosa 2024/2025, tendo como foco a gestão e manutenção das infraestruturas de drenagem da província de Luanda.

Essa questão do equilíbrio nos leva a um ponto crucial e, hoje em dia, indispensável: a sustentabilidade. A eco-sustentabilidade é um tema fundamental e transversal na arquitetura, essencial para garantir a qualidade e o respeito pelo meio ambiente. Podemos dizer que, atualmente, Angola está enfrentando as consequências de decisões imprudentes tomadas no passado, e essas situações

mostram-se longe de mudar. A construção das centralidades é um exemplo dessas decisões. O desabamento de terras—como as ravinas—é apenas uma das consequências. *“É como concretar uma laje sem armadura, sabendo que ao fim dos 14 dias de cura, ela vai desabar...”*

Neves (2024, p. 11) afirma:

Atualmente a população mundial é de cerca de 7, 8 mil milhões de pessoas e estima-se que por volta do ano 2050 atinja os 10 mil milhões. As alterações climáticas relacionadas com o aquecimento global (o Secretário Geral da ONU declarou que o mundo já entrou na fase de “ebulição”) podem vir a ter um impacto enorme na produção agrícola. A produção de alimentos para uma população cada vez maior exige grandes quantidades de água e muitos recursos aquíferos estão a desaparecer lentamente.

Até agora, o que tem sido feito são grandes investimentos com resultados que ficam aquém do esperado. O maior projeto habitacional já construído em Angola, a centralidade do Kilamba, tinha como objetivo reduzir o déficit habitacional e melhorar o saneamento básico das cidades, beneficiando principalmente a camada de menor poder aquisitivo. Contudo, assim como outros projetos, acabou atendendo a uma classe social decrescente das escalas sociais. A centralidade do Kilamba é voltada para uma classe social privilegiada, composta por pessoas que podem ter uma segunda habitação, e mesmo assim foi realizada com uma má gestão estratégica de planeamento urbano.

Colocando em hipótese, segundo tais argumentos, se o Fundo de Fomento Ha-

bitacional perguntasse: “Quem pagará pelas habitações se direcionarmos o projeto para uma classe social que não possa arcar com os custos?” Consideraríamos isso uma boa estratégia de venda de um projeto imobiliário, mas uma má gestão estratégica de planeamento urbano. Para fins lucrativos, essa estratégia pode funcionar, mas a longo prazo não beneficiará o povo nem contribuirá para o futuro do país, especialmente no que diz respeito à macrocefalia urbana.

A venda do sonho de um jovem angolano de possuir sua própria habitação é adequada para um certo tipo de classe social, mas não para o povo que mal consegue alimentar suas famílias. Como diz o ditado em “modernidade ignorada” – “não sei se gosto porque não conheço”. Outras centralidades foram acolhendo as classes sociais mais baixas, o que indica que o Estado continua a priorizar o que não é essencial no momento. Como podemos classificar isso como decisões imediatistas ou prioridades de construção para reduzir o déficit habitacional, considerando a promessa do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH)? Essa questão leva a outra: “A centralidade do Kilamba alguma vez cumpriu seu propósito ou objetivo de esvaziar os centros urbanos, especialmente a cidade de Luanda?” O PNUH, apesar de sua boa intenção, pode ter cumprido parcialmente seu objetivo, mas certamente não por meio da centralidade do Kilamba. Cada vez mais, são construídas centralidades distantes do centro de Luanda, e quem sofre as consequências disso (...)?

Além disso, a questão da mobilidade e do meio ambiente, infelizmente, não é tratada como prioridade no país. Acredito que devemos ter responsabilidade

e consciência ao planejar nossa cidade, pois, no fim das contas, somos nós que vamos viver nela. Vamos dirigir pelas estradas, levar nossos filhos à escola e nos deslocar ao trabalho; cuidar do estado dos equipamentos e preservar o património que nossas cidades representam. Não devemos culpar apenas o Estado, mas também contribuir para reverter esse cenário. É também com esse propósito que abordamos este tema.

O desenvolvimento de um país não depende apenas da força do Estado, mas é conveniente e, acima de tudo, benéfico que sejamos educados sobre isso. Defendo que nosso povo precise de pequenas equipas de urbanização e planeamento que trabalhem junto à comunidade, promovendo e incentivando, por exemplo, a autoconstrução de habitações e o planeamento dos municípios. O espaço público e a sustentabilidade das construções serão temas centrais em um processo de renovação/reabilitação urbana, que coincide com os temas transversais da arquitetura do século XXI (Neves, 2010, p. 14).

Diante dessas reflexões, apresento um conjunto de questões acerca da centralidade do Kilamba: A imagem das nossas cidades irá novamente se modificar ou já se modificou? Será que o Kilamba tem uma imagem representativa no que diz respeito à arquitetura angolana?

“A Cidade Núcleo - Manifesto para uma Cidade Concentrada,” o Doutor Arquiteto Victor Canedo Neves, é taxativo quando afirma que o valor da paisagem passou a influenciar os mecanismos da especulação imobiliária. Ter boas “vistas” sobre uma paisagem “natural” já se tornou um valor quantificável, que a indústria da construção utiliza em seus processos de

“sedução” comercial, algo muito semelhante ao projeto da centralidade do Kilamba.

Neves (2010, p. 16 e 17) afirma:

Ou seja, de um lado teremos a pressão, cada vez mais exigente e sofisticada, de um mercado de segmento superior, que incluirá as elites da info-sociedade e que exigirá espaços livres e paisagens “naturais” ou “naturalizadas” para permitir atividades lúdicas e de lazer. E que reivindicará, ainda, o direito às áreas ainda não construídas de maior potencial paisagístico.

Do outro lado, teremos os segmentos da sociedade que não ambicionando chegar a níveis sofisticados do habitar, reivindicarão (já o fazem) o direito à construção em terrenos seus ou de familiares, que são atualmente terrenos agrícolas (ou classificados como tais) e que pretendem desafetar para construção, utilizando como argumentos o direito à habitação ou a falta de rentabilidade e viabilidade da atividade agrícola.

A locação da centralidade do Kilamba foi realizada de forma dispersa e aleatória, à custa da desafetação de solos agrícolas ou florestais e sem a realização de um estudo topográfico. Isso levanta questões sobre um modelo de “cidade” que desafia os conceitos de limites urbanos e dispersão/concentração urbana, além de pôr em xeque o conceito de “paisagem” e a intervenção do arquiteto nessa paisagem (Neves, 2010, p. 17).

Os cenários mencionados acima são comuns em países em desenvolvimento, e o mesmo ocorre na centralidade do Kilamba. Isso pode ser um fator agravante que piora a dispersão da construção

do território, o chamado “urban sprawl”. Os limites urbanos que envolvem o centro da cidade de Luanda já atingiram seu limite físico-administrativo, mas ainda há muito território a ser urbanizado além da zona metropolitana de Luanda. A possibilidade de expansão do território angolano ainda está distante de ser projetada com qualidade, segurança e identidade. Para alcançar isso, é necessário um enorme esforço por parte de todos os envolvidos nesse processo urbano-arquitetos, urbanistas e demais partes políticas envolvidas—para que atuem em conformidade e levem essas questões em consideração.

É necessário investir em faculdades que estudem a fundo os fenômenos dos processos urbanos existentes nas cidades africanas, especialmente em Angola, e que priorizem a intervenção “in loco” por meio do Desenho Urbano, para solucionar problemas de saneamento e, principalmente, atender às necessidades das populações carentes. Diante disso, constata-se que:

Neves (2010, p. 18, 19 e 23) afirma:

A consequência deste processo traduz-se, como é sabido, na degradação visual e física da paisagem, dita rural e numa expansão urbana em forma de “mancha de óleo” que determina grandes custos em infraestruturas e grandes impactos no ambiente, sobretudo na impermeabilização dos solos, na contaminação de cursos de água, etc. A pressão sobre a paisagem não construída é, neste momento, o principal problema que afeta a gestão e o planeamento do território, seja ele urbano natural ou misto.

A resolução do problema é muito difícil e

complexa, sem dúvida, pois envolve contornos políticos, de fiscalidade, de justiça social e de economia regional. Criar novas centralidades nas áreas periurbanas, com limites urbanos bem definidos, criar elementos físicos e administrativos que estabilizem e consolidem no tempo, esses limites, é na nossa opinião, a chave para resolver o problema. Até porque os instrumentos de planeamento clássicos – os planos diretores, os planos de urbanização e de pormenor revelaram-se ineficazes, por serem frequentemente ultrapassados pela dinâmica e pressão especulativa, pelos interesses políticos/partidários, pelos interesses económicos. Os chamados PIN (Projetos de Inte-

resse Nacional) – PNUH – são um bom exemplo de como é possível estabelecer normas que, sobrepondo-se a outras por via administrativa, viciam a correta gestão e planeamento do território.

É indispensável, e até “sacrificatório,” que as decisões políticas saibam dizer “não” à oferta de projetos de Interesse Nacional (PIN), especialmente quando motivados por interesses políticos, partidários ou económicos que envolvem o país. No início, isso pode “parecer” uma solução, mas, na realidade, pode apenas antecipar um enorme problema, como temos observado.

O QUESTIONAMENTO DA EFICIÊNCIA DO PLANEAMENTO DA CENTRALIDADE DO KILAMBA

O tema da “urbanização da pobreza,” que caracteriza as áreas informais das cidades africanas, é extremamente sensível quando se trata de discutir soluções nas mesas políticas dos países em desenvolvimento. Há quem defenda que as áreas informais, como os chamados bairros de lata, “shanty towns,” favelas, como no Brasil, e, em África, os “musseques,” devem ser banidas do planeamento territorial. Contudo, há também quem discorde, e eu sou defensora desta segunda opinião.

O sistema de classes sociais se revela em uma sociedade através da apresentação completa do cidadão, incluindo sua maneira de vestir, comer e viver. A moradia e o bairro em que ela se insere refletem a imagem e a condição social do indivíduo. Banir as áreas informais de um país exigiria a inexistência da pobreza e de uma classe social tão baixa. Com isso, é importante refletir que as áreas informais, como os musseques, representam uma

população que simboliza o mais importante do país – o “povo.” Essas áreas devem ser incluídas no planeamento territorial, mais especificamente, nos planos diretores e urbanísticos que não só identificam as “manchas de óleo,” mas também incorporam o Desenho Urbano, com a requalificação dessas áreas informais, incluindo estradas, caminhos, sinalização e a denominação dos bairros e ruas. Deixando aqui a nossa breve reflexão sobre esta questão, talvez utópica, é certo que a questão do trabalho pode ser um fator crucial para melhorar e solucionar os desafios enfrentados por essa classe. Quem sabe, se ao invés de novos programas habitacionais como os das centralidades, programas de intervenção nos musseques com autoconstrução possam melhorar de 30% a 40% a questão da informalidade nos bairros que já pertencem ao planeamento urbanístico e resolver “1/3” do planeamento deficiente das áreas informais, ou até mesmo a inexistência dele.

Neves (2024, p. 15 - 17) afirma:

A “cidade núcleo” pressupunha uma organização física e territorial, baseada na existência de um centro e admittia a coexistência de zona ou setores funcionais diversificados ou mistos organizados segundo o referencial de um centro (ou de diversos centros). A cidade núcleo não era uma cidade “zonificada” segundo o modelo da Carta de Atenas, nem uma cidade de unidades de vizinhança (exemplo do Bairro da Prenda – projeto do Arquitecto Fernão Simões de Carvalho), nem uma cidade jardim, mas uma cidade compacta que aproximava as diferentes funções, preenchendo vazios reduzindo distâncias através da desmultiplicação de grande-cidade. A cidade núcleo era na sua essência uma cidade proto-híbrida!

Mas o mundo mudou. As cidades mudaram. Fisicamente a cidade de hoje continua a crescer e continua a gerar espaços esse que alguns casos não são mais do que espaços rurais absorvidos pelo rápido crescimento dos limites urbanos da cidade. Mas a cidade de hoje não se limita às funções clássicas da habitação, serviços, comércio, indústria, lazer e circulação. À cidade de hoje integra outras valências funcionais: as centrais de tratamento de esgotos, as centrais fotovoltaicas, (E) os parques eólicos, as centrais de tratamento e reciclagem (A) de resíduos, as centrais de biomassa, as hortas urbanas, as áreas de compostagem, (B) áreas de agricultura vertical... (C), cisternas de lagunas para reserva de água (d). E em muitos casos, algumas dessas áreas estão dentro dos perímetros urbanos, ocupando vazios

No século XXI, perdeu-se a noção dos li-

mites urbanos, e essas áreas da cidade híbrida se tornaram vitais para os ciclos de vida urbana. O modelo da cidade híbrida representa novos espaços da realidade urbana que permitem a permanência das populações em suas áreas de residência, integrando o trabalho nessas mesmas áreas, seja fisicamente ou de forma remota. Segundo Neves (2024, p. 19), “[...] a cidade, agora ‘meta-cidade,’ pode se reorganizar em ‘clusters.’ Aos arquitetos e urbanistas cabe a função de desenhar ou redesenhar novas centralidades urbanas e novas áreas públicas [...]”.

O uso de matrizes ortogonais, como o tipo hipodâmico adotado na centralidade do Kilamba, não é questionado no contexto de uma cidade mais híbrida, segundo Neves (2024, p.19), “[...] porque habitação, trabalho, lazer e eco equipamentos podem ser associados localmente”. A maneira mais eficaz, ainda hoje, de implementar um assentamento urbano continua sendo a quadrícula, e isso não está em discussão. Assim, surge a possibilidade de adotar modelos urbanos que, desde a primeira análise, buscam adaptar-se a realidades geográficas, culturais e sociais específicas.

No caso da centralidade do Kilamba, percebe-se que, em sua essência, há uma decisão estratégica com impactos econômicos necessários para um país em desenvolvimento, que trará mudanças significativas. No entanto, resta saber se esses impactos se diluirão na esfera social ao longo do tempo e se será acertado adotar esse modelo em operações futuras, em outros locais e em diferentes contextos de colaboração, seja entre Estados ou entre o Estado angolano e organizações internacionais.

Neste trabalho de investigação, os planos urbanos estudados—com destaque para a centralidade do Kilamba—servem como ferramentas que permitem conduzir uma pesquisa fundamentada, onde surgem mais perguntas do que respostas, com o objetivo de obter resultados e, essencialmente, sensibilizar os intervenientes e autores que lideram o processo urbano. Diante disso, destacam-se cinco pontos principais:

- I. As questões ambientais são questões fundamentais transversais na arquitetura contemporânea e na ideia de cidade contemporânea do futuro e, no que diz respeito a África, pode dizer-se que estas são questões basilares para o seu futuro.
- II. Para desenhar a cidade, tem de se dar mais importância ao pormenor. Portanto, todos os instrumentos que têm a ver com uma escala mais de plano de pormenor podem ser mais importantes que um instrumento geral, ao nível de um Plano Diretor, por exemplo, que em regra leva anos a ser aprovado e implementado.
- III. Seria positivo se esse modelo pudessem ter sido trabalhado por gabinetes integrados em que os promotores e financiadores (chineses) trabalhassem no terreno com técnicos angolanos, construindo a centralidade e ao mesmo tempo planeando, ou seja, adaptando o plano à construção pela emergência.
- IV. Nesta cidade híbrida, os edifícios de habitação integrariam também trabalho, ou seja, explorariam a ideia de se ter um emprego fixo no sítio onde se mora, bem como uma horta própria da qual se pode tirar algum ren-

dimento.

- V. [...]. O desenvolvimento urbano não pode ser baseado em modelos estandardizados, importados ou de geração própria. As possibilidades de desenvolvimento são diferentes em cada cidade e têm de ser avaliadas no contexto da sua própria região. O que funciona numa cidade pode ser totalmente inadequado noutra. (Gaimero et al., Huambo, 7/09/2011, p. 120; Viegas, 2015, p. 141).

Para promover a concentração física da cidade, algo que os Planos de Ordenamento não têm conseguido regular, é crucial basearmo-nos em teorias. Segundo Neves (2024, p. 19) menciona, na sebenta "*A Cidade Núcleo - Manifesto para uma Cidade Híbrida*" (*The Core City - Manifesto for a Hybrid City*), a teoria do "*rizoma edificante*" proposta por Ignasi Solà-Morales, que defende a necessidade de "[...] preservar e reaproveitar solos para a agricultura". Essa ideia é essencial em um mundo onde a população aumenta exponencialmente, enfrentando claras alterações climáticas e uma acelerada degradação da natureza. Como alimentar essa população em meio à crescente escassez de água, resultado de períodos de seca cada vez mais frequentes?

A falta de água, decorrente de períodos de seca cada vez mais frequentes, é uma das suas consequências mais graves. Sem água, não há agricultura e, consequentemente, não haverá alimentos suficientes. Como lidaremos com a escassez de água e comida em um mundo superpopuloso, exposto a fenômenos cada vez mais extremos de desertificação, inundações e diminuição da biodiversidade? É imperativo poupar e reservar mais água, além de preservar território não ur-

banizado, mantendo-o livre de qualquer intervenção urbana. Nesse território, inevitavelmente, deve haver agricultura (mesmo com todos os inconvenientes que possam estar associados), mas também precisamos colonizá-lo com continuidades ecológicas que promovam a

biodiversidade—como as tramas verdes e azuis. Também é necessário utilizar os solos dentro dos limites urbanos, aproveitando os vazios urbanos. Concluindo, é evidente que um novo urbanismo precisa emergir.

CONCLUSÃO

A análise da Centralidade do Kilamba evidencia os limites de um modelo urbano padronizado, descontextualizado das especificidades socioculturais e ambientais do território angolano. Embora inserida em um programa nacional ambicioso, a implementação do Kilamba ilustra como decisões técnicas e políticas, quando desvinculadas do conhecimento local e de uma gestão urbana participativa, podem resultar em infraestruturas subutilizadas, insustentáveis e socialmente excludentes. A partir das reflexões desenvolvidas neste artigo e do contributo teórico de Victor Canedo Neves, reforça-se a im-

portância de repensar os instrumentos clássicos de planeamento urbano, priorizando escalas mais operativas e integradoras, como o Desenho Urbano. É urgente construir um novo urbanismo, híbrido e sensível ao contexto africano, que reconheça os musseques como parte da cidade, promova a sustentabilidade ecológica e permita uma ocupação do território mais equitativa, resiliente e adaptada às realidades locais. A transformação urbana em Angola não se fará com projetos standardizados, mas com decisões conscientes, inclusivas e enraizadas no território.

REFERÊNCIAS

Almeida, T. (2024). *Os desafios do planeamento regional e urbano em Luanda no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação – As lições da Centralidade do Kilamba* (Dissertação de mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa).

Governo de Angola. (2009). *Programa Nacional de Urbanismo e Habitação – PNUH*. Ministério do Urbanismo e Habitação.

Governo de Angola. (2015). *Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda (PDGML)*. Ministério do Urbanismo e Ambiente.

Neves, V. (2010). *A cidade núcleo: Manifesto para uma cidade concentrada*. Universidade Lusíada Editora.

Neves, V. (2015). *A cidade núcleo: Manifesto para uma cidade híbrida / The core city: Manifesto for a hybrid city*. Universidade Lusíada Editora.

ONU-Habitat. (2022). *Relatório global sobre assentamentos humanos 2022: Inovando no planeamento urbano*. UN-Habitat.